

ENTRE O CONFRONTO E A SUBMISSÃO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Jornal do Brasil, 25/05/91

Nos seus primeiros quatorze meses o Governo Collor, nas suas relações com os empresários e mais amplamente a sociedade civil, pendeu claramente para o confronto do que para a conciliação. Foi corajoso senão heróico em muitos momentos, mas esse heroísmo acabou prejudicado pela auto-suficiência e por uma quase-arrogância. Revelou, neste período, principalmente até dezembro último, uma enorme dificuldade senão resistência em ouvir e dialogar com a sociedade. Em conseqüência enfrenta hoje um grave problema de legitimidade, que agora busca superar a demissão de Zélia Cardoso de Mello e a escolha de Marcílio Marques Moreira para o Ministério da Economia.

No Brasil é possível ser eleito sem os empresários, mas é impossível governar sem eles. Isto ocorre em qualquer país capitalista, mas é especialmente verdade no Brasil na medida em que temos uma democracia dual: nas eleições uma imensa maioria de despossuídos escolhe o Presidente; no dia seguinte, porém, apenas uma pequena elite, uma sociedade civil diminuta em relação à massa de 80 milhões de eleitores, tem condições de influenciar o governo.

Nesta pequena sociedade civil, onde, de varias formas organizados e inter-relacionados, estão presentes os empresários, os jornalistas, os cientistas, os artistas, os líderes de sindicatos e associações de todos os tipos, são os empresários o grupo maior, mais poderoso, mais influente. O Presidente pode, eventualmente, ser eleito à revelia deles, como aconteceu com Collor, ou contra eles, como aconteceria se Lula tivesse sido eleito, mas depois não há alternativa senão governar com eles.

Entretanto, exatamente porque essa sociedade é dual, porque é teoricamente possível eleger um candidato sem o apoio real dos empresários, é grande a tentação enfrentada pelo governante de, uma vez eleito, governar sem eles, de continuar a se apoiar na massa dos eleitores. Foi basicamente nesta tentação que caiu o Presidente Collor nestes primeiros quatorze meses de governo. Foi este fato, mais do que o fracasso da política anti-inflacionária e da recessão, que levou o governo a uma profunda crise política, na verdade a uma "crise de legitimidade" (ou seja, perda de

apoio da sociedade civil) semelhante à que ocorreu nos três últimos anos do governo Figueiredo e nos dois últimos do governo Sarney. A diferença é que a crise de legitimidade desses governos ocorreu quando perderam o apoio da sociedade civil apesar dos esforços que fizeram para que isto não ocorresse, enquanto que no caso do governo Collor a impressão que ficou foi oposta: ignorando que a popularidade vem dos eleitores, mas a legitimidade, no político e não no sentido jurídico do termo, se origina na sociedade civil e particularmente dos empresários, o governo Collor pretendeu quase deliberadamente governar sem a sociedade civil. Ao fazer isto, ao cair na tentação do contato direto com o povo, entrou em um processo de perigoso e desgastante conflito com esta sociedade.

Embora os participantes da sociedade civil e particularmente os empresários estejam sempre se queixando de sua falta de poder, na verdade eles têm um enorme poder. Quando não são chamados a participar, respondem com palavras e atos. Palavras, porque possuem a hegemonia ideológica, direta ou indiretamente são os formadores de opinião por excelência da sociedade. Atos, porque são eles que tomam todos os dias as decisões de preço e de investimento.

As sociedades capitalistas são democráticas em parte porque os valores democráticos fazem parte de seus fundamentos ideológicos, tanto quanto os valores liberais e individualistas, em parte porque o regime democrático é o único compatível com uma participação efetiva da sociedade civil na política. Os empresários, os intelectuais, a sociedade civil em geral, ainda que uma minoria na sociedade, constituem uma grande massa de pessoas que exigem essa participação política.

É claro que o governante que pretende ser um homem de Estado não pode simplesmente se curvar perante a sociedade. Se ele o fizer, não governará. A relação dos governantes com os poderosos, tanto interna quanto externamente, é sempre uma relação conflitante. As alternativas polares são sempre a submissão ou confronto. Entre esses dois extremos é preciso encontrar um meio termo. Não o meio termo da mediocridade, mas o meio termo estratégico do avanço e do recuo, a afirmação das suas convicções de homem público e da capacidade de fazer compromissos ou concessões. É preciso ouvir muito, dialogar o que for possível, e depois ceder o mínimo.

Auto-suficiente, muito próximo da arrogância, o governo, nesta primeira fase que termina com a saída de Zélia, pouco ouviu, dialogou menos ainda. Agora, com Marcílio Marques Moreira, assistimos à uma tentativa de mudança de rumo. O novo ministro é por excelência um homem conciliador, tem economistas e burocratas competentes em sua equipe. Poderá fazer uma boa dupla com o Presidente se souber aparar suas arestas.

Terminou a fase heróica do governo Collor, agora talvez comece a realista. Na fase heróica o governo perdeu legitimidade política ao confrontar com a sociedade e

com os credores externos. Em compensação iniciou reformas fundamentais - reformas fundamentais para a superação da crise Estado brasileiro. Agora é preciso consolidar essas reformas e estabilizar a economia. Este é um desafio que só poderá ser realizado se a submissão não for a alternativa ao confronto. Se ao heroísmo for adicionado o realismo, se à coragem for acrescentado o espírito de conciliação.